

TJ-PR abre dez vagas para desembargadores e cria duas câmaras

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) aprovou na segunda-feira (11/4) a instalação de duas novas câmaras julgadoras e a criação de dez vagas para desembargadores. A iniciativa foi proposta por sete magistrados da corte e teve como relator o presidente do tribunal, desembargador José Laurindo de Souza Netto.

CNJ



CNJ Tribunal paranaense abre dez vagas para desembargadores e cria duas câmaras

Segundo o relator, a ampliação do tribunal vai facilitar a distribuição assertiva dos processos de acordo com as suas especialidades, além de aumentar a velocidade das decisões. Outro argumento usado a favor do projeto é baseado no relatório "Justiça em Números", do CNJ, segundo o qual o TJ-PR é o tribunal estadual de grande porte com o maior percentual de recursos internos (49,4%), como embargos de declaração e agravos internos.

Além disso, entre os cinco maiores tribunais do país, o paranaense é o que tem o menor número de magistrados de segundo grau (120) e, ao longo dos anos, tem recebido progressivamente mais processos.

A intenção de aumentar o tribunal existe desde 2013, quando a [Lei estadual 17.550/2013](#) foi autorizada. Originalmente, ela previa a inclusão de 25 desembargadores no TJ-PR, mas acabou sendo reformulada pela [Lei estadual 20.329/2020](#), que diminuiu a quantidade de vagas para dez.

Novidades na primeira instância

A [Resolução 219 do CNJ](#) determina que o primeiro grau deve ser priorizado em termos de melhorias administrativas. Por isso, a proposta de ampliação do tribunal inclui uma medida compensatória para o grau inferior: a criação de 79 cargos de livre provimento de assistente III de juiz, de 202 funções comissionadas de assistente de gabinete, de um cargo em comissão de chefe da CMP e de um de coordenador da Unidade Especial de Atuação no Primeiro Grau de Jurisdição (UEA).

Além disso, com a aprovação do projeto, 652 cargos de assessoramento aos magistrados de primeiro grau serão transformados em outros de maior valor e os vencimentos dos cargos de chefe de Secretaria e de supervisor de Secretaria aumentarão em até 5%. No fim, serão destinados mais recursos às reformas relativas ao primeiro grau.

Date Created

13/04/2022